

# **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

## **Município de Penacova**

**Exercício de 2021**



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exmo.(s) Sr.(s)

Presidente da Câmara

Membros do Órgão Executivo

Membros da Assembleia-Municipal

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
2. Procedemos à revisão legal das contas do **Município de Penacova** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as ISA e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 14 de abril de 2022.
3. De acordo com os artigos 76º e 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:
  - 3.1. A emissão da Certificação Legal das Contas;
  - 3.2. A emissão da Certificação Legal das Contas Consolidadas;
  - 3.3. A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
  - 3.4. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades financeiras na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
  - 3.5. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
  - 3.6. Remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativo informação sobre a situação económica e financeira;



**4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:**

- 4.1. Acompanhamento da gestão do município, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- 4.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município e que se encontram divulgadas no anexo;
- 4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- 4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e da extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;
- 4.5. Emissão do relatório semestral, conforme disposto na alínea d) do n.º 2 do art. 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;
- 4.6. Realização dos seguintes testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
  - a) Verificação dos bens imóveis descritos. Comparação dos valores descritos no sector do património com os valores constantes na contabilidade;
  - b) Observação das listas de inventariação física de existências e sua valorização, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução;
  - c) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo município; nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que consideramos necessários;
  - d) Análise e teste às reconciliações bancárias preparadas pelo município;
  - e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
  - f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social, caixa geral de aposentações e da ADSE;
  - g) Análise e teste dos vários elementos de custos, de proveitos, de perdas e ganhos contabilizados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;



- h) Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental;
- i) Apreciação da política de seguros do imobilizado, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- j) Outros testes considerados relevantes.

#### 4.7. Solicitação da declaração do órgão executivo.

- 5. Em consequência do trabalho efetuado entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, isoladamente ou em conjunto, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria.
- 6. Finalmente cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do órgão executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
- 7. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do município.



## I. Introdução

1. O Município de Penacova, adiante designado de município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas coletivas sob o número 506 657 957;
2. A sede do Município está localizada no Largo Alberto Leitão;
3. O objetivo estratégico do município passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e da participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas no Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.
4. Em 31 de dezembro de 2021, o município contava com 248 trabalhadores, sendo a contabilidade processada e supervisionada por técnico pertencente aos quadros do município.
5. Os membros do órgão executivo são assim compostos:

CARGO	TITULAR
Presidente	Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra
Vice-presidente	Magda Alexandra Maia Rodrigues
Vereador	Carlos Manuel Santos Sousa
Vereador	António José de Magalhães Cardoso
Vereador	Pedro Artur Barreirinhas Sales Guedes Coimbra
Vereador	João Filipe Martins Azadinho Cordeiro
Vereadora	Sandra Margarida Ralha da Silva

## 6. Legislação específica:

- Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
- Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.



## **II. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

### **Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento**

Bens com substância física que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços e se espera que sejam usados num período superior a um ano económico;

São mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais e os gastos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, como gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações. Porém, alguns bens imóveis foram mensurados pelo valor patrimonial tributário;

Um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo, acrescido pelas grandes reparações e deduzido pela depreciação acumulada e perda de imparidade acumulada, se aplicável;

A vida útil é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade física esperada, o desgaste físico esperado (programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo), a obsolescência técnica e comercial e os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo. A vida útil utilizada é a constante no Classificador Complementar 2;

O bem é depreciado ao longo da sua vida útil e o método utilizado é o das quotas constantes;

Um bem é desreconhecido na data de alienação e quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

### **Ativos intangíveis**

Ativo intangível é um ativo não monetário, identificável, sem substância física e provável beneficiar do potencial de serviço num período superior a um ano;

É mensurado inicialmente pelo custo e subsequente é o seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada;



A vida útil é determinada tendo em conta o uso esperado do ativo pela entidade e se o ativo pode ser gerido com eficiência por outra equipa de gestão; a obsolescência técnica, tecnológica e comercial; o período de controlo sobre o ativo e limites legais ou contratuais sobre o uso do ativo. A taxa média utilizada para os intangíveis é de 33,33%;

O bem é depreciado ao longo da sua vida útil e o método utilizado é o das quotas constantes;

Um bem é desreconhecido na data de alienação e quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

### **Participações financeiras**

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo,

### **Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

### **Contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

### **Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.



### III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

#### Notas às contas do Balanço

As demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2021, encontram-se nos anexos I e II do presente relatório. Os valores estão expressos em euros

#### Ativo

##### Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no corrente exercício, foram os seguintes:

##### Varição das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	439 002,00	439 002,00		0,00	470 367,00	449 457,00		20 910,00
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual	319 720,58	293 710,05		26 010,53	369 397,67	325 327,63		44 070,04
Propriedade Industrial e Intelectual	105 469,51	88 568,78		16 900,73	111 897,48	100 860,71		11 036,77
Outros								
Ativos intangíveis em curso	31 385,00			31 385,00	20 664,00			20 664,00
<b>TOTAL</b>	<b>895 577,09</b>	<b>821 280,83</b>	<b>0,00</b>	<b>74 296,26</b>	<b>972 326,15</b>	<b>875 645,34</b>	<b>0,00</b>	<b>96 680,81</b>

##### Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorização	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento			31 365,00				10 455,00		20 910,00
Programas de computador e sistemas de informação	26 010,53	49 677,09					31 617,58		44 070,04
Propriedade industrial e intelectual	16 900,73	6 427,97					12 291,93		11 036,77
Outros									
Ativos intangíveis em curso	31 365,00	20 664,00	-31 365,00						20 664,00
<b>TOTAL</b>	<b>74 276,26</b>	<b>76 769,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>54 364,51</b>	<b>0,00</b>	<b>96 680,81</b>

##### Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo. O gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações. Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.





### Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	602 208,76	0,00		602 208,76	602 208,76	0,00		602 208,76
Edifícios e outras construções	1 672 240,96	422 959,14		1 249 281,82	1 773 269,25	478 441,19		1 294 828,06
Infraestruturas	36 835 973,07	15 694 026,20		20 941 946,87	38 474 764,99	17 101 299,59		21 373 465,40
Património histórico, artístico e cultural	67 416,50	908,64		66 507,86	71 551,00	929,72		70 621,28
Outros	0,00	0,00		0,00				0,00
Bens de domínio público em curso	2 277 778,25	0,00		2 277 778,25	1 618 313,03			1 618 313,03
	41 455 617,54	16 317 893,98	0,00	25 137 723,56	42 540 107,03	17 580 670,50	0,00	24 959 436,53
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2 030 326,06	0,00		2 030 326,06	2 031 506,06	0,00		2 031 506,06
Edifícios e outras construções	18 394 188,24	4 517 995,40		13 876 192,84	18 924 163,87	4 996 299,62		13 927 864,25
Equipamento básico	2 879 822,68	2 346 855,83		532 966,85	3 001 049,18	2 478 946,97		522 102,21
Equipamento de transporte	2 248 097,62	2 032 770,39		215 327,23	2 269 357,76	2 081 273,28		188 084,48
Equipamento administrativo	807 335,23	714 239,35		93 095,88	858 914,98	761 283,09		97 631,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	1 224 555,42	870 605,60		353 949,82	1 265 790,41	976 413,55		289 376,86
Ativos fixos tangíveis em curso	877 601,71	0,00		877 601,71	1 623 030,03	0,00		1 623 030,03
	28 461 926,96	10 482 466,57	0,00	17 979 460,39	29 973 812,29	11 294 216,51	0,00	18 679 595,78
TOTAL	69 917 544,50	26 800 360,55	0,00	43 117 183,95	72 513 919,32	28 874 887,01	0,00	43 639 032,31

### Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	602 208,76								602 208,76
Edifícios e outras construções	1 249 281,82	17 634,29	83 394,00				55 482,05		1 294 828,06
Infraestruturas	20 941 946,87	11 049,64	1 636 572,26				1 207 273,39	8 829,98	21 373 465,40
Património histórico, artístico e cultural	66 507,86	4 134,50					21,08		70 621,28
Outros	0,00								0,00
Bens de domínio público em curso	2 277 778,25	1 068 813,35	-1 719 966,26					8 112,31	1 618 313,03
	25 137 723,56	1 101 431,78	0,00	0,00	0,00	0,00	1 262 776,52	16 942,29	24 959 436,53
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	2 030 326,06	1 180,00							2 031 506,06
Edifícios e outras construções	13 876 192,84	8 547,76	521 427,87				478 304,22		13 927 864,25
Equipamento básico	532 966,85	121 226,50					132 091,14		522 102,21
Equipamento de transporte	215 327,23	21 260,14					48 502,89		188 084,48
Equipamento administrativo	93 095,88	62 295,93					47 043,74	10 716,18	97 631,89
Equipamentos biológicos	0,00								0,00
Outros	353 949,82	41 234,99					105 807,95		289 376,86
Ativos fixos tangíveis em curso	877 601,71	1 263 460,26	-521 427,87					16 624,07	1 623 030,03
	17 979 460,39	1 539 225,58	0,00	0,00	0,00	0,00	811 749,94	27 340,25	18 679 595,78
TOTAL	43 117 183,95	2 640 657,36	0,00	0,00	0,00	0,00	2 074 526,46	44 282,54	43 639 032,31

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Dos testes efetuados às depreciações e amortizações do exercício, verificámos que os valores foram calculados de acordo com as taxas previstas no CC2.

Efetuamos o cruzamento entre os valores registados na contabilidade e os valores evidenciados nos mapas do património do Município não tendo sido detetada qualquer diferença.



De referir que as aquisições de imobilizado efetuado no exercício de 2021 se encontram devidamente autorizadas, tendo sido seguido o estipulado no manual de controlo interno.

Não nos foi possível confirmar o registo predial da titularidade de alguns bens imóveis que integram o Ativo Fixo Tangível e cujo valor líquido é de cerca de 1.650.933,50 euros. Tal facto não influencia o reconhecimento e mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras.

### Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

#### Variações: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorização	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Bens de Domínio Público									
Terrenos e Recursos Naturais	30 861,63								30 861,63
Edifícios e Outras Construções									
Outras PI									
PI em Curso									
<b>TOTAL</b>	30 861,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 861,63

### Instrumentos financeiros

As participações financeiras detidas pelo Município à data de 31 de dezembro de 2021 encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição, com exceção da PENAPARQUE2-Gestão e Prom. Equip. Munic. Penacova, EM que é detida pelo Município a 100%, estando valorizada segundo o método de equivalência patrimonial.



O saldo no balanço corresponde às seguintes participações:

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado
<b>Investimentos financeiros</b>			
<b>Partes de capital</b>			
<b>Associações de Municípios</b>			
Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	4 000,00	2,42%	Método do Custo
<b>Empresas municipais e intermunicipais</b>			
PENAPARQUE2-Gestão e Prom.Equip.Munic.Penacova, EM	132 313,53	100,00%	Método de Equivalência Patrimonial
APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.	154 440,00	14,04%	Método do Custo
<b>Empresas privadas ou cooperativas</b>			
Hotel de Penacova, S.A.	187 500,00	15,00%	Método do Custo
Municipia, S.A.	4 985,01	0,15%	Método do Custo
Soc. Exploração Fonte Corgas	1 246,99	0,07%	Método do Custo
AdCL-Águas do Centro Litoral,SA (Águas do Mondego)	314 046,10	0,78%	Método do Custo
CoimbraVita - ADR, S.A.	7 485,00	1,11%	Método do Custo
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A	30 875,00	0,36%	Método do Custo
<b>Instituições sem fins lucrativos</b>			
Instituto Pedro Nunes (IPN)	2 500,00	0,30%	Método do Custo
Ass. Qualifica	5 000,00	2,21%	Método do Custo
	<b>844 391,63</b>		
<b>Participações de capital</b>			
FAM - Fundo de Apoio Municipal	352 534,50		
	<b>352 534,50</b>		
<b>Total</b>	<b>1 196 926,13</b>		

Os testes efetuados permitiram-nos concluir que, em termos globais, o valor contabilístico das participações é superior ao seu custo de aquisição.

No entanto, tendo em atenção o princípio da prudência o Município criou as seguintes provisões:

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado	Provisão
<b>Investimentos financeiros</b>				
<b>Partes de capital</b>				
<b>Associações de Municípios</b>				
Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	4 000,00	2,42%	MC	0,00
<b>Empresas municipais e intermunicipais</b>				
PENAPARQUE2-Gestão e Prom.Equip.Munic.Penacova, EM	132 313,53	100,00%	MEP	
APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.	154 440,00	14,04%	MC	
<b>Empresas privadas ou cooperativas</b>				
Hotel de Penacova, S.A.	187 500,00	15,00%	MC	167 421,36
Municipia, S.A.	4 985,01	0,15%	MC	82,27
Soc. Exploração Fonte Corgas	1 246,99	0,07%	MC	0,00
AdCL-Águas do Centro Litoral,SA (Águas do Mondego)	314 046,10	0,78%	MC	0,00
CoimbraVita - ADR, S.A.	7 485,00	1,11%	MC	7 485,00
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A	30 875,00	0,36%	MC	0,00
<b>Instituições sem fins lucrativos</b>				
Instituto Pedro Nunes (IPN)	2 500,00	0,30%	MC	0,00
Ass. Qualifica	5 000,00	2,21%	MC	0,00
	<b>844 391,63</b>			<b>174 988,63</b>

Até à data não nos foram disponibilizadas as contas da Sociedade Exploração Fonte das Corgas e CoimbraVita, S.A., pelo que esta participação continua evidenciada ao custo histórico, não nos sendo possível aferir da adequação da valorização da mesma.



## Inventário

Inventário	31/12/2021
Mercadorias	53 761,42
Matérias-primas	7 497,83
Embalagens	488,51
Peças e outros materiais de manutenção	229,88
Outros materiais diversos de consumo	46 840,71
<b>Total</b>	<b>108 818,35</b>

O saldo de balanço respeita às mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo, em armazém à data de 31 de dezembro de 2021.

Foi realizada uma contagem física no dia 13/01/2022, com referência a 31 de dezembro de 2021, tendo sido presenciada pelos auditores.

Em armazém verificou-se que existiam materiais obsoletos, recomenda-se que o artigo nº8 do NCI, seja cumprido, ou seja, que os materiais devem ser identificados e justificados numa listagem específica de modo a se proceder ao abate do stock com as devidas autorizações. Recomendamos que a política utilizada em armazém deve ser revista.

Na sequência das contagens físicas, foram detetadas algumas diferenças entre sistema de gestão de stock (GES) e o existente em armazéns, o que deu origem a uma regularização.

## Clientes, contribuintes e utentes

À data de 31 de dezembro de 2021 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Clientes, contribuintes e utentes	31/12/2021
Clientes c/c	
Contribuintes c/c	
Utentes c/c	21 494,06
Clientes/Utentes/Cont. Cob. Duv.	54 966,30
Perdas por imparidade acumuladas	-52 759,29
<b>Total</b>	<b>23 701,07</b>

Dado que os utentes são particulares não foi efetuada a circularização dos saldos.



## Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2021, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Estado e O. E. Públicos	31/12/2021
Retenção de Imp. s/Rend	-23 588,27
Imposto s/ Valor Acrescentado	-27 875,69
Contribuições para a S.S. e CGA	-80 753,72
<b>Total</b>	<b>-132 217,68</b>

O saldo evidenciado na rubrica de "Retenção de Imposto s/ Rendimento", diz respeito às contribuições de dezembro, a pagar em janeiro de 2022.

O saldo da rubrica "Imposto sobre o valor a Acrescentado" respeita a um valor a pagar, no montante de 27.875,69 euros.

O saldo da rubrica "Contribuições para a S.S. e C.G.A." evidencia o valor em dívida referente às contribuições do mês de dezembro, a liquidar em 2022.

Em relação aos restantes impostos verificámos que, mensalmente, foram efetuadas as entregas dos valores retidos, dentro dos prazos legais, relativos às retenções na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, os descontos para a segurança social e aos valores respeitantes aos restantes impostos e outras tributações.

Testámos, por amostragem, igualmente a adequabilidade da aplicação das taxas de retenção na fonte, da segurança social e da caixa geral de aposentações, não tendo detetado discrepâncias.

## Outras contas a receber e a pagar

À data de 31 de dezembro de 2021, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Outras contas a receber e a pagar	31/12/2021
Fornecedores de investimentos	-127 886,14
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	770 691,34
Credores por subscrições não liberadas	0,00
Cauções	-378 222,94
Outros devedores e credores	-8 270,44
<b>Total</b>	<b>256 311,82</b>

Efetuámos a circularização dos saldos de fornecedores de investimento à data de 31 de dezembro de 2021. Em relação aos pedidos que não obtivemos resposta foram efetuados procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, analisando a informação obtida e comparando-a com o saldo evidenciado no balanço.



<b>Outras contas a receber e a pagar</b>	<b>31/12/2021</b>
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	
Impostos e taxas imputados ao período	1 331 707,54
Devedores por acréscimos de rendimentos	222 083,52
Credores por acréscimos de gastos	-783 099,72
	<b>770 691,34</b>

Na rubrica de impostos e taxas imputados ao período, salientamos a estimativa do IMI de 977.742,92 euros, o valor de 177.392,50 euros relativo à participação do IRS. Estes montantes referem-se a valores do ano de 2021, que só irão ser recebidos em 2022. Dos testes efetuados consideramos que os valores diferidos são adequados.

Do valor evidenciado na rubrica de credores por acréscimo de gastos, salientamos o montante de 532.083,15 euros referente à estimativa de custos com a remuneração de férias e subsídio de férias e respetivos, vencidos em 2021 e a liquidar em 2022. Da estimativa calculada consideramos que a mesma é adequada.

Foram igualmente contabilizados como acréscimo de custos os juros dos empréstimos referentes a 2021 que só irão ser pagos em 2022. Dos testes efetuados consideramos que a estimativa se releva adequada.

### Meios financeiros líquidos

À data de 31 de dezembro de 2021 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

<b>Disponibilidades</b>	<b>31/12/2021</b>
<i>Caixa</i>	1 608,90
<i>Depósitos à ordem</i>	
Caixa Geral de Depósitos	711 007,86
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	179 312,55
Santander Totta	139 994,49
	<b>1 030 314,90</b>
<i>Outros depósitos</i>	
Depósitos consignados	
Caixa Geral de Depósitos	4,15
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	139 782,02
Depósitos de garantias e cauções	
Caixa Geral de Depósitos	378 222,94
	<b>518 009,11</b>
<b>Total</b>	<b>1 549 932,91</b>

A caixa não funciona em sistema de fundo fixo, contudo, são efetuadas contagens diárias pelo responsável da caixa. O manual de controlo interno é cumprido pelos funcionários desta área.



Procedemos à confirmação externa de saldos do banco Caixa Geral de Depósitos com referência a 31 de dezembro de 2021, não tendo sido obtida resposta até à data.

Efetuámos testes às reconciliações bancárias preparadas pelo Município com referência a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2021, tendo-se verificado que as diferenças de conciliação se encontravam devidamente justificadas e materializadas.

## Diferimentos

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Diferimentos	31/12/2021
Gastos a reconhecer	7 782,22
Rendimentos a reconhecer	-1 535 282,13
<b>Total</b>	<b>-1 527 499,91</b>

No tocante aos diferimentos salientamos o valor de 1.535.282,13 euros, que se refere a transferências e subsídios de capital obtidos com condições.

## Património/Capital

Os movimentos registados nesta rubrica no corrente exercício foram os seguintes:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	9 717 312,48			9 717 312,48
55 Reservas	0,00			0,00
551 Reservas Legais	1 169 525,27			1 169 525,27
552 Outras Reservas	0,00			0,00
56 Resultados Transitados	0,00			0,00
561 De períodos anteriores	19 751 944,51	13 177,52	1 128 005,15	18 637 116,88
562 Regularizações	0,00			0,00
564 Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-1 061 165,16			-1 061 165,16
57 Ajustamentos em ativos financeiros	0,00			0,00
579 Outros	1 012,09			1 012,09
59 Outras variações no património líquido	0,00			0,00
591 Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00			0,00
593 Transferências e subsídios de capital	0,00			0,00
5931 Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis	13 604 365,31	365 280,56	736 611,38	13 233 034,49
5932 Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciáveis	54 509,65			54 509,65
5939 Outras transferências e subsídios de capital	1 154 835,93	1 875 906,81	619 471,40	2 411 271,34
594 Doações obtidas	464 513,46			464 513,46
597 Transferências de ativos	0,00			0,00
599 Outras variações do património líquido	0,00			0,00
88 Resultado Líquido do Exercício	-1 107 442,52	1 107 442,52	1 947 930,03	-1 947 930,03
<b>T O T A L</b>	<b>43 749 411,02</b>	<b>3 361 807,41</b>	<b>4 432 017,96</b>	<b>42 679 200,47</b>



Dos movimentos ocorridos salientamos:

- A transferência do resultado líquido do exercício de 2020 no valor de 1.107.442,52 euros, para resultados transitados.
- O resultado líquido do exercício de 2021 é negativo em 1.947.930,03 euros.

De acordo com as contas a 31 de dezembro de 2021 a conta de património evidencia um saldo de 9.717.312,48 euros, o que corresponde a cerca de 19,92% do ativo.

### Financiamentos obtidos

A composição da rubrica, à data de 31 de dezembro de 2021, é a seguinte:

<b>Financiamentos obtidos</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Empréstimos bancários</b>	
Caixa Geral de Depósitos	624 514,27
Santander	77 492,85
CCAM Caixa Crédito Agrícola Mútuo Bairrada Agueira	1 762 606,00
<b>Total</b>	<b>2 464 613,12</b>

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, onde analisámos a informação obtida comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido encontradas discrepâncias.

O Município desagregou os empréstimos de médio e longo prazo, de acordo com a componente a pagar no curto prazo e no médio e longo prazo:

<b>Financiamentos obtidos</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Componente a pagar no médio e longo prazo</b>	
<b>Empréstimos bancários</b>	
Caixa Geral de Depósitos	562 062,85
Santander	67 114,83
CCAM Caixa Crédito Agrícola Mútuo Bairrada Agueira	1 638 158,48
<b>Total</b>	<b>2 267 336,16</b>
<b>Financiamentos obtidos</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Componente a pagar no curto prazo</b>	
<b>Empréstimos bancários</b>	
Caixa Geral de Depósitos	62 451,42
Santander	10 378,02
CCAM Caixa Crédito Agrícola Mútuo Bairrada Agueira	124 447,52
<b>Total</b>	<b>197 276,96</b>





## Fornecedores

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

<b>Fornecedores</b>	<b>31/12/2021</b>
Fornecedores c/c	241 570,77
Fornecedores-Facturas em recepção e conferência	2 969,31
<b>Total</b>	<b>244 540,08</b>

Efetuamos a circularização dos saldos de fornecedores à data de 31 de dezembro de 2021. Em relação aos fornecedores que não responderam efetuamos procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

## Provisões

<b>Provisões</b>	<b>31/12/2021</b>
Processos judiciais em curso	370 811,56
<b>Total</b>	<b>370 811,56</b>

No âmbito do processo de circularização junto dos advogados que prestam serviços ao Município obtivemos resposta do seguinte advogados/sociedade de advogados: ACJC - Arménia Coimbra e Dr. Paulo Teixeira da Veiga e Moura.

Encontra-se evidenciado em processos judiciais em curso, o montante de 370.811,56 euros. Face ao ano anterior, o Município, atendendo ao princípio da prudência, reforçou a provisão no montante de 159.717,83 euros, que se refere a uma ação intentada pela Embeiral- Engenharia e Construção, S.A.



## **Análise económica e financeira**

Da análise comparativa ao balanço e à demonstração de resultados, evidenciamos:

- As contas de Ativo não corrente representam 91,80% do ativo do Município. Destas, a rubrica dos ativos fixos tangíveis, apresenta o maior peso (89,44);
- Face ao período homólogo o ativo registou um aumento de 1,61%;
- O passivo registou um aumento de 43,16%, cerca de 1.842 milhares de euros;
- As principais rubricas de custos são os fornecimentos e serviços externos (26,81%), os gastos com o pessoal (32,41%) e as depreciações do exercício (15,41%). Face ao verificado no período homólogo os fornecimentos e serviços externos aumentaram 41,96%, as depreciações do exercício aumentaram 2,89% e os gastos com o pessoal aumentaram 11,21%;
- Face ao ano anterior o resultado líquido negativo sofreu um agravamento, cifrando-se nos 1.948 milhares de euros negativos.



#### IV. Principais rácios financeiros

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

Indicadores		2021	2020	Varição	
Equilíbrio de curto prazo	Liquidez Geral	Ativo Corrente	4 000 486,74	3 792 562,68	
			129,32%	183,72%	-29,61%
		Passivo Corrente	3 093 427,86	2 064 300,27 *	
	Liquidez Reduzida	Ativo Corrente - inventários	3 891 668,39	3 693 446,74	
			125,80%	178,92%	-29,69%
		Passivo Corrente	3 093 427,86	2 064 300,27 *	
Liquidez imediata	Caixa e Depósitos	1 549 932,91	1 407 844,25		
		50,10%	68,20%	-26,53%	
	Passivo Corrente	3 093 427,86	2 064 300,27 *		
Imobilizações	Indicador das imobilizações I	Capitais permanentes	45 695 571,13	45 952 861,73	
			102,03%	103,91%	-1,81%
		Imobilizado líquido	44 788 512,25	44 224 599,32	
	Indicador das imobilizações II	Capitais alheios de c.p (*)	1 558 145,73	1 297 118,43	
		3,48%	2,93%	18,61%	
	Imobilizado líquido	44 788 512,25	44 224 599,32		
Endividamento	Endividamento	Passivo	6 109 798,52	4 267 750,98	
			12,52%	8,89%	40,90%
		Ativo Líquido	48 788 998,99	48 017 162,00	
	Estrutura de endividamento I	Dívidas de MLP	3 016 370,66	2 203 450,71	
			49,37%	51,63%	-4,38%
		Passivo	6 109 798,52	4 267 750,98	
	Estrutura de endividamento II	Dívida financeira de MLP	2 267 336,16	1 641 784,80	
			37,11%	38,47%	-3,53%
	Passivo	6 109 798,52	4 267 750,98		
Estrutura de endividamento III	Dívidas de CP	3 093 427,86	2 064 300,27		
		50,63%	48,37%	4,67%	
	Passivo	6 109 798,52	4 267 750,98		

(\*) O valor do Passivo Corrente inclui os diferimentos.



## V. Análise à execução orçamental

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento anual.

Com referência a 31 de dezembro de 2021 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DE DESPESA	2021		2020	EXECUÇÃO DE RECEITA	2021		2020
	Valor	%	%		Valor	%	%
DESPESAS CORRENTES	11 925 057	84,85%	83,99%	RECEITA CORRENTE	12 552 271	86,49%	91,03%
DESPESAS CAPITAL	5 726 066	70,85%	76,13%	RECEITA CAPITAL	4 021 475	84,70%	77,40%
<b>TOTAL</b>	<b>17 651 123</b>	<b>80,31%</b>	<b>81,34%</b>	OUTRAS RECEITAS	1 077 377	100,00%	100,00%
				<b>TOTAL</b>	<b>17 651 123</b>	<b>86,91%</b>	<b>88,17%</b>

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Penacova com referência a 31 de dezembro de 2021, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (86,91%) é superior à execução da despesa total (80,31%). Apesar das melhorias registadas face ao ano anterior todas as receitas, com exceção das outras receitas encontram-se abaixo do orçamentado. Em relação às despesas a taxa de execução diminuiu face ao ano anterior, encontrando-se todas as despesas abaixo do orçamentado.

Com efeito, chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo. No ano de 2020 a taxa de execução da receita foi de 88,17%.



## 5.1. Controlo orçamental da receita

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2021, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de -2.311.217,94 euros, -13,09%).

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2021				
	PREVISÃO CORRIGIDA	RECEITA COBRADA LIQUIDA	GRAU DE EXEC.		PESO %
			2021	2020	
01 Impostos diretos	1 464 237	1 460 003	99,71%	97,88%	9,52%
04 Taxas, multas e outras penalidades	82 439	73 148	88,73%	89,32%	0,48%
05 Rendimentos da propriedade	755 607	747 147	98,88%	98,49%	4,87%
06 Transferências correntes	9 976 834	8 365 876	83,85%	90,23%	54,54%
07 Venda de bens e serviços correntes	242 512	179 559	74,04%	80,82%	1,17%
08 Outras receitas correntes	30 642	30 613	99,90%	7,07%	0,20%
<b>TOTAL RECEITAS CORRENTES .....</b>	<b>12 552 271</b>	<b>10 856 345</b>	<b>86,49%</b>	<b>91,03%</b>	<b>70,77%</b>
09 Venda de bens de investimento	433	430	99,31%	2,92%	0,00%
10 Transferências de capital	2 778 358	2 478 463	89,21%	75,65%	16,16%
11 Ativos financeiros	1	0	0,00%	0,00%	0,00%
12 Passivos financeiros	1 154 286	838 894	72,68%	88,11%	5,47%
13 Outras receitas de capital	88 396	88 396	100,00%	0,00%	0,58%
<b>TOTAL RECEITAS DE CAPITAL .....</b>	<b>4 021 475</b>	<b>3 406 183</b>	<b>84,70%</b>	<b>77,40%</b>	<b>22,20%</b>
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	20 212	20 212	100,00%	100,00%	0,13%
16 Saldo da gerência anterior	1 057 165	1 057 165	100,00%	100,00%	6,89%
<b>TOTAL OUTRAS RECEITAS .....</b>	<b>1 077 377</b>	<b>1 077 377</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,02%</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>17 651 123</b>	<b>15 339 905</b>	<b>86,91%</b>	<b>88,17%</b>	<b>100,00%</b>

As receitas com maior peso contempladas no orçamento são essencialmente as transferências correntes (representam 54,54% do total das receitas), os impostos diretos (que representam 9,52% do total de receitas), rendimento da propriedade (que representam 4,87% do total de receitas), e as transferências de capital (que representam 16,16% do total de receitas).

Podemos também verificar quer em relação às receitas correntes, quer em relação às receitas de capital não se verificou nenhuma receita acima do montante orçamentado.

A taxa de execução das receitas correntes, em comparação com o período homólogo, teve uma variação negativa de 4,54 pontos percentuais, as receitas de capital registaram uma evolução positiva de 7,30 pontos percentuais. No global a taxa de execução da receita teve uma variação negativa de 1,26 pontos percentuais.



## 5.2. Controlo orçamental da despesa

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2021, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em -3.475.688,40 euros (desvio de -19,69%).

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	31 de dezembro de 2021				
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	DESPESA PAGA	GRAU DE EXEC.		PESO DE N %
			2021	2020	
01 Despesas com o pessoal	5 119 541	4 847 097	94,68%	91,13%	29,00%
02 Aquisição de bens e serviços	4 719 148	3 480 689	73,76%	72,85%	26,74%
03 Juros e outros encargos	30 779	28 278	91,88%	96,45%	0,17%
04 Transferências correntes	1 428 160	1 241 172	86,91%	85,98%	8,09%
05 Subsídios	500 783	408 355	81,54%	97,67%	2,84%
06 Outras despesas correntes	126 647	112 924	89,16%	84,91%	0,72%
<b>TOTAL DESPESAS CORRENTES .....</b>	<b>11 925 057</b>	<b>10 118 515</b>	<b>84,85%</b>	<b>83,99%</b>	<b>67,56%</b>
07 Aquisição de bens de capital	3 887 549	2 615 266	67,27%	73,34%	22,02%
08 Transferências de capital	1 633 955	1 237 100	75,71%	87,22%	9,26%
09 Ativos financeiros	9 796	9 793	99,97%	0,00%	0,06%
10 Passivos financeiros	194 766	194 761	100,00%	76,75%	1,10%
11 Outras despesas de capital	1	0	0,00%	0,00%	0,00%
<b>TOTAL DESPESAS DE CAPITAL .....</b>	<b>5 726 066</b>	<b>4 056 920</b>	<b>70,85%</b>	<b>76,13%</b>	<b>32,44%</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>17 651 123</b>	<b>14 175 435</b>	<b>80,31%</b>	<b>81,34%</b>	<b>100,00%</b>

As despesas com maior peso contempladas no orçamento são as aquisições de bens e serviços (representam 26,74% do total das despesas), as despesas com o pessoal (representam 29% do total das despesas), e as aquisições de bens de capital (representam 22,02% do total das despesas).

Podemos também verificar que nenhuma despesa ficou acima do montante orçamentado.

As despesas correntes e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 84,85% e de 70,85% respetivamente, o que face ao período homólogo representa um agravamento de 0,86 pontos percentuais em relação às primeiras e uma melhoria de 5,28 pontos percentuais em relação às segundas. No global a taxa de execução da despesa apresentou uma melhoria de 1,03 pontos percentuais.

A poupança corrente foi de 737.830 euros, que reflete um montante extremamente confortável.



### 5.3. Rácios orçamentais

Os principais rácios orçamentais são:

Indicadores	2021		2020		Varição	Observações
Receita líquida total	15 339 905,35	108,21%	13 642 293,43	108,40%	-0,17%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
Despesa total paga	14 175 434,88		12 585 128,37			
Receita corrente	10 856 345,31	70,77%	9 689 422,34	71,02%	-0,36%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
Receita total	15 339 905,35		13 642 293,43			
Receita corrente	10 856 345,31	107,29%	9 689 422,34	112,48%	-4,61%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
Despesa correntes	10 118 514,97		8 614 651,43			
Impostos diretos	1 460 003,10	13,45%	1 716 919,20	17,72%	-24,10%	Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes
Receita corrente	10 856 345,31		9 689 422,34			
Receita de capital	3 406 182,84	22,20%	2 999 336,83	21,99%	1,00%	Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas
Receita total	15 339 905,35		13 642 293,43			
Receita de capital	3 406 182,84	83,96%	2 999 336,83	75,54%	11,14%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
Despesa de capital	4 056 919,91		3 970 476,94			
Despesa corrente	10 118 514,97	71,38%	8 614 651,43	68,45%	4,28%	Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga
Despesa total	14 175 434,88		12 585 128,37			
Despesa de capital	4 056 919,91	28,62%	3 970 476,94	31,55%	-9,29%	Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga
Despesa total	14 175 434,88		12 585 128,37			
Despesas rígidas	5 070 136,22	35,77%	4 262 690,42	33,87%	5,60%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga
Despesa total	14 175 434,88		12 585 128,37			
Despesas rígidas	5 070 136,22	33,05%	4 262 690,42	31,25%	5,78%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da receita
Receitas totais	15 339 905,35		13 642 293,43			
Aquisição de bens de capital	2 615 266,33	18,45%	2 864 473,76	22,76%	-18,94%	Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga
Despesa total	14 175 434,88		12 585 128,37			

O rácio da receita líquida total/despesa total paga apresenta-se equilibrado, ou seja as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas.



#### 5.4. Principais indicadores orçamentais

Os principais indicadores orçamentais são:

Indicadores	2021	2020	Variação	Observações
Poupança corrente	737 830,34	1 074 770,91	-336 940,57 -31,35%	
Taxa das receitas orçamentadas e não cobradas	13,09%	11,83%	10,68%	Caso a taxa de execução da receita seja baixa (<90%), estamos perante uma prática de empolamento da previsão das receitas orçamentais. A diferença entre as receitas orçamentadas e as receitas cobradas permite a realização de despesas no referido montante, sem que para tal haja disponibilidades financeiras.
Desfasamento entre a receita orçamentada e a receita cobrada	-2 311 217,94	-1 830 592,03	-480 625,91	
Equilíbrio orçamental corrente	107,29%	112,48%	-4,61%	
Equilíbrio orçamental em sentido formal	108,21%	108,48%	-0,24%	É normal existir equilíbrio financeiro em sentido formal, i.e., as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Quando não existe equilíbrio orçamental em sentido substancial, indicia que o Município perde a capacidade para fazer face, de uma forma atempada, aos compromissos de curto prazo perante terceiros.
Equilíbrio orçamental em sentido substancial	94,46%	100,38%	-5,90%	

Pelo quadro supra podemos constatar que a poupança corrente (calculada com base na receita cobrada líquida) diminui 31,35% (337 milhares de euros) face à verificada no ano anterior.

Em 2021 as receitas cobradas foram inferiores às receitas orçamentadas em 2.311 milhares de euros, enquanto que em 2020, as receitas cobradas face às receitas orçamentadas apresentaram um défice de 1.831 milhares de euros. Ou seja, há um agravamento de cerca de 481 milhares de euros, face ao verificado no ano anterior.

O orçamento do Município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal e em sentido substancial.





## VI. Pagamentos em atraso, fundos disponíveis e Dívida total

O Município terminou o exercício de 2021 sem pagamentos em atraso.

O cálculo do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) definida nos termos do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, de 13 de abril, o Município apresenta no final de 2021 um PMP de 8 dias, o que está dentro do limite estipulado por lei (90dias).

O n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06 determina que os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis, ou seja, a assunção de compromissos não pode ser superior aos fundos disponíveis e a execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso.

Verificámos que o Município não está obrigado a calcular e reportar o mapa de fundos disponíveis, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 111.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2021), mas mantém tal reporte mensal à DGAL.

Ainda assim se informa que de acordo com o n.º 7 do referido artigo, a aferição da exclusão a que se refere o parágrafo anterior é da responsabilidade das autarquias locais, produzindo efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.

Dado que o Município não tem pagamentos em atraso, a 31/12/2020 face a setembro 2019, não se aplica a disposição prevista no n.º 7 do artigo 111.º do OE2021, isto é, obrigação de reporte dos fundos disponíveis.

Tudo sem prejuízo de que foi suspensa a aplicação quer do n.º 8 da Lei n.º 8/2012 de 21/2 e do n.º 2 do artigo 111.º do Orçamento de Estado 2021 (artigo 5.º da Lei n.º 6/2020 de 10/4, alterada pela Lei n.º 12/2020, de 07 de maio).

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada dos três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Situação do Município	Recuperação Financeira	Situação do Município	Legislação
1 $\geq 1$ e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-	-	-	art. 58.º, n.º22
2 $> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	NÃO	-	-	art. 58.º, n.º1, b)
3 $> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	NÃO	-	-	art. 58.º, n.º1, a) e n.º3
4 $\geq 2,25$ e $\leq 3$	OBRIGATÓRIO	NÃO	FACULTATIVO	NÃO	art. 58.º, n.º 3
5 $> 3$	-	-	OBRIGATÓRIO	NÃO	art. 61.º, n.º2

A 31 de dezembro de 2021 o Município não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art. 57.º da mesma Lei.



**Limite à dívida total**

Receita corrente cobrada nos últimos três anos	Montante
2018	10 111 047
2019	10 270 613
2020	9 689 422
<b>Total</b>	<b>30 071 082</b>
<hr/>	
<b>Média</b>	<b>10 023 694</b>
<hr/>	
<b>Limite à dívida total das operações orçamentais</b> (1,5 x (RCL N-1 + RCL N-2 + RCL N-3))	<b>15 035 541</b>
<hr/>	
Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	3 314 835
Margem absoluta	11 720 706
Margem utilizável (20%)	2 344 141

O limite da dívida é de 15.035.541 euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 3.314.835 euros.

	31/12/2021	31/12/2020
(1) Dívida total	3 420 605	2 500 766
(2) FAM	0	9 793
(3) Dívida COVID - 19	0	0
(4) Dívida do art. 54º relevante para a dívida total	279 693	310 370
(5) Dívidas não orçamentais	385 462	350 679
(1)-(2)-(3)+(4)-(5) Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	<b>3 314 835</b>	<b>2 450 664</b>
Margem absoluta	<b>11 720 706</b>	<b>12 654 514</b>
Margem Disponível	<b>2 344 141</b>	<b>2 530 903</b>
Redução do montante em excesso	-	-
Aumento do endividamento	<b>864 171</b>	<b>467 879</b>
Só aumentou até 20% da margem disponível no início do exe	<b>SIM</b>	<b>SIM</b>
Dívida Total vs Média da Receita Líquida cobrada últ. 3 anos.	<b>0,33</b>	<b>0,24</b>



Face ao verificado a 31 de dezembro de 2021 a dívida total aumentou 864 milhares de euros, sendo a margem do Município de 2.344 milhares de euros.

Segundo informações obtidas junta da DGAL é entendimento da Direção-Geral que o valor da dívida da ANMP não releva para efeitos de limite da dívida total, previsto no n.º1 do art. 52.º da Lei n.º 72/2013 de 3 de setembro.

O art. 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro refere que "Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas...sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita bruta corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo."


Pelo quadro infra podemos verificar que o Município de Penacova cumpre o disposto no referido artigo.

2021	Montante
(1) Valor das receitas correntes <b>brutas</b>	10 892 673,69
(2) Despesa corrente	10 118 514,97
(3) Amortizações médias dos empréstimos	193 266,00
<b>TOTAL (1) - (2) - (3)</b>	<b>580 892,72</b>
Equilíbrio orçamental (art. 40.º da Lei 73.º/2013 de 3/09)	<b>SIM</b>

Cumpramos ainda referir, que se encontra em conformidade o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021 e que não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no Anexo.

Coimbra, 14 de abril de 2022

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,  
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Representada por:

  
José Joaquim Marques de Almeida – ROC 571

ANEXO I

ATIVO	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.20/Dez.21)	
	31/12/2020	31/12/2021	Valor	%
<b>ATIVO</b>				
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>				
Ativos fixos tangíveis	43 117 184	43 639 032	521 848	1,21%
Propriedades de investimento	30 862	30 862	0	0,00%
Ativos intangíveis	74 276	96 681	22 405	30,16%
Participações Financeiras	1 002 277	1 021 938	19 660	1,96%
<b>Sub Total</b>	<b>44 224 599</b>	<b>44 788 512</b>	<b>563 913</b>	<b>1,28%</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>				
Inventários	99 116	108 818	9 702	9,79%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	520 531	756 461	235 930	45,32%
Clientes, contribuintes e utentes	24 249	23 701	(548)	-2,26%
Estado e outros entes públicos	108 999	0	(108 999)	-100,00%
Outras contas a receber	1 615 685	1 553 791	(61 894)	-3,83%
Diferimentos	16 139	7 782	(8 357)	-51,78%
Caixa e depósitos	1 407 844	1 549 933	142 089	10,09%
<b>Sub Total</b>	<b>3 792 563</b>	<b>4 000 487</b>	<b>207 924</b>	<b>5,48%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>48 017 162</b>	<b>48 788 999</b>	<b>771 837</b>	<b>1,61%</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>				
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.20/Dez.21)	
	31/12/2020	31/12/2021	Valor	%
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>				
Património/Capital	9 717 312	9 717 312	0	0,00%
Reservas	1 169 525	1 169 525	0	0,00%
Resultados transitados	18 690 779	17 575 952	(1 114 828)	-5,96%
Ajustamentos em ativos financeiros	1 012	1 012	0	0,00%
Outras variações no património líquido	15 278 224	16 163 329	885 105	5,79%
Resultado líquido do período	-1 107 443	-1 947 930,03	(840 488)	75,89%
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>43 749 411</b>	<b>42 679 200</b>	<b>-1 070 211</b>	<b>-2,45%</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>				
Provisões	211 094	370 812	159 718	75,66%
Financiamentos obtidos	1 641 785	2 267 336	625 551	38,10%
Outras contas a pagar	350 572	378 223	27 651	7,89%
<b>Sub Total</b>	<b>2 203 451</b>	<b>3 016 371</b>	<b>812 920</b>	<b>36,89%</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	3 920	64 855	60 934	1554,34%
Fornecedores	110 971	244 540	133 569	120,36%
Estado e outros entes públicos	126 766	132 218	5 452	4,30%
Financiamentos obtidos	178 695	197 277	18 582	10,40%
Fornecedores de investimentos	71 541	127 886	56 345	78,76%
Outras contas a pagar	805 225	791 370	(13 855)	-1,72%
Diferimentos	767 182	1 535 282	768 100	100,12%
<b>Sub Total</b>	<b>2 064 300</b>	<b>3 093 428</b>	<b>1 029 128</b>	<b>49,85%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4 267 751</b>	<b>6 109 799</b>	<b>1 842 048</b>	<b>43,16%</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>	<b>48 017 162</b>	<b>48 788 999</b>	<b>771 837</b>	<b>1,61%</b>

ANEXO II

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.20/Dez.21)	
	31/12/2020	31/12/2021	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	1 842 319	1 566 226	(276 093)	-14,99%
Vendas	332	1 588	1 257	379,03%
Prestações de serviços e concessões	114 607	178 737	64 131	55,96%
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 223 193	8 424 092	1 200 899	16,63%
Trabalhos para a própria entidade	21 648	26 841	5 193	23,99%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-221 193	-278 729	(57 536)	26,01%
Fornecimentos e serviços externos	-2 620 356	-3 719 783	(1 099 427)	41,96%
Gastos com pessoal	-4 043 516	-4 496 793	(453 277)	11,21%
Transferências e subsídios concedidos	-2 759 518	-2 924 253	(164 735)	5,97%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-17 076	-10 948	6 128	-35,89%
Provisões (aumentos/reduções)	4 538	-158 106	(162 644)	-3584,40%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-66	158	223	-339,69%
Outros rendimentos e ganhos	1 549 084	1 729 198	180 114	11,63%
Outros gastos e perdas	-108 501	-122 259	(13 758)	12,68%
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>985 493</b>	<b>215 970</b>	<b>-769 523</b>	<b>-78,09%</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 078 651	-2 138 685	(60 034)	2,89%
<b>Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>-1 093 158</b>	<b>-1 922 715</b>	<b>(829 557)</b>	<b>75,89%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	9 793	0	(9 793)	-100,00%
Juros e gastos similares suportados	-24 077	-25 215	(1 138)	4,73%
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>-1 107 443</b>	<b>-1 947 930</b>	<b>(840 488)</b>	<b>75,89%</b>
Imposto sobre o rendimento			0	#DIV/0!
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-1 107 443</b>	<b>-1 947 930</b>	<b>(840 488)</b>	<b>75,89%</b>